

## PROJETOS LEI CONGRESSO NACIONAL

Data: 23/8/2011

PROJETO LEI	EMENTA	ANDAMENTO	POSIÇÃO
<b>PL nº 4302/98</b> Autor: Poder Executivo	<i>Dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de trabalho temporário e na empresa de prestação de serviço de terceiros, e dá outras providências. Nova Ementa do Substitutivo: Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974.</i>	8/6/11 – CCJC, devolvido ao relator Dep. João Paulo (PT/PE).	Este projeto de lei atende somente prestação de serviços terceirizados urbanos. Portanto, a atividade de silvicultura realizada na área rural não pode de beneficiar das premissas de terceirizar suas atividades operacionais.
<b>PL nº. 1616/99</b> Autor: Poder Executivo Apensado PLnºs1693/99, 4296/01, 4946/01, 6222/02, 603/03, 1015/03, 1181/03, 2364/03, 2398/03, 2750/03, 5287/09, 5300/09	<i>Dispõe sobre a gestão administrativa e a organização administrativa institucional do Sistema Nacional de recursos Hídricos previsto no inciso XIX do art.21 da Constituição, e criado pela Lei nº 9.433, de 8/01/97 e dá outras providências.</i>	10/3/08 – MD, ato da presidência cria Comissão Especial	Favorável c/ aperfeiçoamento
<b>PL nº. 1876/99</b> Autor: Dep. Sergio Carvalho Apense-se PL nº 4524/04, PL nº 4091/08, PL nº 4395/08, PL nº 4619/09, PL nº 5226/09, PL nº 5367/09, PL nº 5898/09, PL nº 6238/09, PL nº 6313/09 <b>PLC nº 30/2011</b>	<i>Dispõe sobre Areas de preservação Permanente, Reserva Legal, exploração florestal e dá outras providências.</i>		O projeto encontra-se no Senado, para tramitar na CCJ. CRA e CMA. O texto aprovado na CD, atende as expectativas do Setor de Silvicultura.
<b>PL nº 3.057/2000</b> Autor: Dep. Bispo Wanderval Apensado PL nº 20/07	<i>Inclui §2º no art. 41, da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, numerando-se como parágrafo 1º o atual parágrafo único. Estabelecendo que para o registro de loteamento suburbano de pequeno valor, implantado irregularmente até 31 de dezembro de 1999 e regularizado por Lei Municipal, não há necessidade de aprovação da documentação, por outro órgão</i>	5/3/08 – Mesa Diretora, desapensação automática do PL 5499/01, PL 6220/02, PL 550/03, PL 754/03, PL 1001/03, PL 289/07, PL 449/07 e PL 455/07, apensados, em função do arquivamento dos mesmos, nos termos do § 4º do artigo 58 do RICD.	Favorável com aperfeiçoamento. A questão do fracionamento do solo urbano, é um tema que esta sendo discutido no Congresso a muito tempo. Sem acordo.
<b>PLP nº. 8/03</b> Autor: Dep. Mauricio Rands	<i>Define o justo motivo objetivo autorizativo e o justo motivo subjetivo autorizativo para despedida do empregado, sendo o primeiro por dificuldade econômica do empregador e o segundo por insdisciplina ou insuficiência no desempenho do empregado.</i>	9/8/11 – CTASP, prazo de vista encerrado	Acompanhar. Esta na seara do direito trabalhista.
<b>PL nº 623/03</b> Autor: Dep. Mauricio Quintella Lessa (PSB/AL) Apensados PL nº 1434/03 e PL nº 6120/09	<i>Acrescenta art. à Lei nº 10.636, de 30 de dezembro, de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE,</i>	12/4/11 – CFT, encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Acompanhar
<b>PL nº 1.339/03</b> Autor: Dep. Fábio Souto	<i>Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, prevendo aplicação de recursos na recuperação das áreas de preservação permanente que especifica.</i>	11/8/11 – MD, prazo para apresentação de recurso, nos termos do §1º do art 58, combinado com o §2º do art 132 do RID.	Esta proposição visa que 10% dos recursos destinados às despesas, sejam aplicados em reflorestamentos para recomposição de APP's degradadas
<b>PL nº. 1434/03</b> Autor: Dep. Renato Cozzolino Apensado ao PL nº 623/03	<i>Dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Prevenção de Desastre Ambiental e dá outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 623/03	Esta proposição é inconstitucional ao estabelecer a criação de um fundo, sem que esteja previsto recursos no PPA.
<b>PL nº 2312/03</b> Autor: Comissão de Legislação Participativa Apense-se ao PL nº 3877/04	<i>Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional das Organizações Não Governamentais.</i>	12/7/04 – MD, apense-se ao PL nº 3877/04	Favorável com aperfeiçoamento.
<b>PL nº 2.795/03</b> Autor: Dep. Confúcio Moura	<i>Dispõe sobre a concessão de terras públicas da Bacia Amazônica para à exploração florestal por meio de manejo florestal sustentável.</i>	22/3/11 – MD, desarquivado nos termos do art. 105 do RICD.	
<b>PL nº 3.729/04</b> Autor: Dep. Luciano Zica Apense-se a este PL n°3957/04, 5435/05, 5576/05, PL nº1147/07, PL nº 2029/07, PLnº1700/11	<i>Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e dá outras providências.</i>	11/7/11 – MD, apense-se a este o PL nº 1700/11.	Este PL e os demais apensados tratam do licenciamento. Exigência da CFB para atividades que ocasionam significativo impacto ao meio ambiente. Se passam dois anos, e o PL ainda não iniciou a sua tramitação.!
<b>PL nº. 3.877/04</b> Autor: Senado Federal Apensados: PLS nºs 2312/03, 3841/04, 3982/04, 4259/04, 4574/04, 6117/07, 644/07, 1880/07, 2118/07, 4366/08, 4507/08, 5070/09, 5950/09	<i>Dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das ONG's e dá outras providências.</i>	2/8/11 – CSSF, designado relator Dep. Eduardo Barbosa (PSDB/MG).	Favorável.
<b>PL nº. 3.957/04</b> Autor: Dep. Ann Pontes Apensado ao PL nº 3729/04	<i>Dispõe sobre licenciamento ambiental e dá outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 3729/04	Esta proposição esta apensada ao PL nº 3729/04 que trata do mesmo assunto.
<b>PL nº. 4.330/04</b> Autor: Dep. Sandro Mabel Apensada ao PL nº 5439/2005	<i>Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrente e dá outras providências</i>	17/8/11 – CCJC, encerrado o prazo de emendas. Não foram apresentadas emendas.	O assunto que trata este PL é importantíssimo para a atividade de florestas plantadas, pois se trata da legalidade do serviço terceirizado. O Setor apresentou emendas e aguarda o seu desenrolar pelas comissões.
<b>PL nº 5.398/05</b> Autor: Dep. José Sarney Fº Apense-se ao PL nº 2795/03	<i>Estabelece medidas relativas à atividade de exploração de florestas e demais formas de vegetação na Amazônia legal.</i>	Apensado ao PL nº 2795/03	O PL trata exclusivamente sobre a atividade de exploração de floresta nativa na Amazônia.
<b>PL nº 5.435/05</b> Autor: Dep. Ivo José Apense-se ao PL nº 3729/04	<i>Altera a Lei nº 6.938, de 1981, para ampliar a proteção ao meio ambiente e dar celeridade ao processo de recuperação ambiental. – Exigindo no âmbito do processo ambiental, a apresentação de plano, riscos, meio ambiente, garantia real, hipoteca penhor, anticrese, recuperação de danos ambientais.</i>	Apensado ao PL nº 3729/04	O PL foi apensado ao PL nº 3729/04 que trata do licenciamento ambiental

## PROJETOS LEI CONGRESSO NACIONAL

PROJETO LEI	EMENTA	ANDAMENTO	POSIÇÃO
<b>PL nº 5.439/05</b> Autor: Dep. Ann Pontes Apense-se ao PL nº 4330/04	<i>Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, proibindo a contratação de mão de obra por empresa interposta.</i>	Apensado ao PL nº 4330/04	O PL veda a contratação de trabalhador por empresa interposta, formando-se vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços. Esta na contra mão dos interesses do Setor.
<b>PL nº 5.477/05</b> Autor: Dep. Abelardo Lupion	<i>Estabelecendo a obrigatoriedade de Lei Federal específica para criação de Unidades de Conservação e a respectiva dotação orçamentária.</i>	16/2/11 – MD, desarquivado	Este PL foi proposto pelos silvicultores e agricultores do sul do país, frente a criação de unidades de conservação em terras privadas sem as devidas indenizações.
<b>PL nº 5.576/05</b> Autor: Dep. Jorge Pinheiro Apensado ao PL nº 3729/2004	<i>Dispõe sobre prazos de licenciamento ambiental, de acordo com o porte e o potencial poluidor do empreendimento ou atividade produtiva.</i>	Apensado ao PL nº 3792/04	O PL esta apensado ao PL nº. 3729/04 que trata do licenciamento ambiental.
<b>PL nº 5.974/05</b> Autor: Sen. Waldeck Ornelas Apensado PL nº 7224/10	<i>Dispõe sobre incentivos fiscais para projetos ambientais</i>	12/5/10 – Apense-se a este o PL nº 7224/10.	Este projeto prevê a dedução de até 80% do IR devido para serem doados a entidades s/fins lucrativos que apliquem em projetos de proteção ambiental.
<b>PL nº 6.424/05</b> Autor: Sen. Flexa Ribeiro. PLS nº. 110/05 Apensado ao PL nº 6.840/06, PL nº 1207/07	<i>Altera a Lei nº. 4.771/65, para permitir a reposição florestal e a recomposição das reservas legais mediante o plantio de palmáceas em áreas alteradas.</i>	24/3/11 – CMADS, devolvido ao Relator Dep. Marcos Montes	A proposição prevê a recomposição da reserva legal, fora da microbacia e com plantio de palmáceas.
<b>PL nº 6.840/06</b> Autor: Dep. Thomaz Nonô Apense-se o PL nº. 6.424/05=PLS nº110/05	<i>Estabelece competência do órgão ambiental para fixar os critérios de compensação da reserva legal em outra bacia hidrográfica.</i>	Apensado ao PL nº 6424/05	O PL é interessante, pois permite na conversão da RL possa ocorrer em outra bacia hidrográfica. O Setor apoio este PL.
<b>PLP nº 388/07</b> Autor: Executivo Apensado ao PLP nº. 12/2003 PLC nº 1/2010	<i>Fixa normas para cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção ao meio ambiente, ao combate a poluição e a preservação da floresta, da fauna e da flora, prevista no art. 23, incisos III, VI e VII, da Constituição.</i>	Apensado do PLP nº 12/2003	Este PLP faz parte do PAC, para melhorar o tramite de processos de licenciamento ambiental para os empreendimentos de infraestrutura..
<b>PL nº 20/07</b> Autor: Dep. Fernando Chucre Apensação ao PL nº 449/07, PL Nº 3057/2000	<i>Dispõe sobre parcelamento do solo para fins urbanos e sobre a regularização fundiária sustentável de áreas urbanas, e dá outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 3057/00	FPS esta acompanhando a tramitação deste projeto.
<b>PL nº 31/07</b> Autor: Dep. Zezéu Ribeiro Apensado ao PL nº 20/07	<i>Dispõe sobre parcelamento do solo para fins urbanos e sobre regularização fundiária sustentável de áreas urbanas, e da outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 3057/00	FPS esta acompanhando a tramitação deste projeto.
<b>PL nº 80/07</b> Autor: Dep. Mendes Thame Apense-se PL nº 1795/07, PL nº 3057/08, PL nº 3639/08 e PL nº 4757/09	<i>Substitui a pena de detenção pela pena de reclusão para crimes contra a flora e a fauna, e de poluição por extração de minerais.</i>	8/7/11 – CCJC, Parecer do relator Dep. Sarney Fº, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, com substitutivo.	A proposição prevê a severidade da pena com reclusão (cadeia) para crimes ambientais.
<b>PL nº 266/07</b> Autor: Dep. Rogério Lisboa Apense-se a este PL nº 453/07 PL nº 701/07, PL nº 6519/09	<i>Altera a Lei nº 9.985, de 2000, que regulamenta o art.225, §1º, incisos I, II, III e VII da CF, institui o SNUC, no que se refere à compensação por significativo impacto ambiental. – Fixa em 0,5% o limite máximo para a compensação financeira por significativo impacto ambiental.</i>	14/4/11 – CMADS, encerado o prazo de emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	O PL estabelece o percentual único de 0,5% como o montante de recursos a ser pago pelo empreendedor como forma de compensação ambiental.
<b>PL nº 324/07</b> Autor: Dep. Augusto Carvalho	<i>Institui o Programa Nacional de Qualidade Ambiental e dá outras providências e, a licitação sustentável, para aquisição de madeira, seus subprodutos, ou mobiliário proveniente de produção sustentável.</i>	15/6/11 – CFT, Encerrado prazo de emendas. Não foram apresentadas emendas.	A proposta faz parte do Programa Cidade Amiga da Amazônia no sentido de regulamentar a licitação para aquisição de madeira, seus subprodutos, ou mobiliário proveniente de produção sustentável nas compras feitas pelo Poder Público federal.
<b>PL nº 453/07</b> Dep. Ciro Pedrosa Apensado ao, PL nº 266/07	<i>Altera a Lei do SNUC, no que se refere à compensação por significativo impacto ambiental; fixa critérios para a aplicação dos recursos</i>	Apensado ao PL nº 266/07	Esta proposição estabelece que a competência de instituir o percentual da compensação ambiental e sua aplicação é do órgão ambiental estadual.
<b>PL nº 493/07</b> Autor: Dep. Eduardo Gomes Apensado, PL nº 494/07, PL nº 594/07	<i>Dispõe sobre a organização e regulação do mercado de carbono na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro através da geração de Redução Certificada de Emissão – RCE em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL</i>	26/4/11 – MDL, apresentação do REQ 1421/2011, pelo Dep. Eduardo Gomes, que solicita o desarquivamento da proposição.	Favorável
<b>PL nº 562/07</b> Autor: Dep. Otavio Leite	<i>Estabelece que os recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente destinados aos fundos ambientais ou sócio-ambientais instituído pelos Estados, Pelo Distrito Federal ou por Municípios, serão exclusivamente aplicados em combate à poluição, recuperação e desenvolvimento ambiental.</i>	16/8/11 – CMADS, encerrado o prazo de emendas. Não foram apresentadas emendas.	A proposição prevê que os recursos do FNMA destinados aos fundos ambientais ou sócios ambientais dos Estados, Distrito Federal e Municípios, sejam exclusivamente aplicados em combate à poluição.
<b>PL nº 679/07</b> Autor: Dep. Bonifácio Andradá	<i>Consolida a Legislação Ambiental Brasileira</i>	8/6/11 – CCJC, aprovado REQ de adiamento da discussão, apresentado pelo Dep. Moreira Mendes.	Acompanhar
<b>PL nº 701/07</b> Autor: Dep. Sandes Junior Apensado ao PL nº 266/07	<i>Altera da Lei do SNUC, fixando o limite de 5% dos custos de implantação do empreendimento, para atendimento à compensação ambiental.</i>	Apensado ao PL nº 266/07	Este PL estabelece a regulamentação do art. 36 da Lei 9.985/00, instituindo 5% como percentual máximo para compensação dos impactos ambientais pela instalação de empreendimentos

## PROJETOS LEI CONGRESSO NACIONAL

PROJETO LEI	EMENTA	ANDAMENTO	POSIÇÃO
<b>PL nº 792/07</b> Autor: Dep. Anselmo de Jesus Apensados PL nº 1190/07, PL nº 1667/07, PL nº 1920/07, PL nº 5487/09	<i>Dispõe sobre serviços ambientais e dá outras providências. Define serviços ambientais e prevê transferências de recursos, monetários ou não, aos que ajudam a produzir ou conservar estes serviços.</i>	4/5/11 – CFT, designado relator Dep. Arnaldo Jardim.	Favorável com restrições
<b>PL nº 1.147/07</b> Autor: Dep. Chico Alencar Apensado ao PL nº 3729/04	<i>Determina obrigatoriedade, para o licenciamento de obra ou atividade utilizadora de recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidoras e empreendimentos capazes de causar degradação ambiental, da realização do balanço de emissões (assimilação e liberação) de gases do efeito – estufa.</i>	Apensado ao PL nº 3729/04	Acompanhar
<b>PL nº 1190/07</b> Autor: Dep. Antonio Palocci	<i>Cria o Programa Nacional de Compensação por serviços ambientais – Programa Bolsa Verde, destinado a transferência de renda aos agricultores familiares, com condicionalidades.</i>	Apensado ao PL nº 792/07	Favorável com aperfeiçoamento.
<b>PL nº 1.207/07</b> Autor: Dep. Wandenkolk Gonçalves Apensada ao PL nº 6424/05	<i>Altera e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências – Reduz para 50% o percentual destinado à reserva legal da propriedade rural localizada na Amazônia legal, definindo critérios para a recomposição e compensação das áreas de reserva legal degradadas, mediante plantio de espécies arbóreas perenes, nativas ou exóticas.</i>	Apensa do ao PL nº 6424/05	Favorável com aperfeiçoamento.
<b>PL nº 1301/07</b> Autor: Dep. Valdir Colatto	<i>Dispõe sobre o uso e a conservação do solo e da água no meio rural.</i>	14/4/11 – CMADS, encerrado prazo de emendas. Não foram apresentadas emendas.	Favorável com aperfeiçoamento
<b>PL nº 1621/07</b> Autor: Dep. Vicentinho	<i>Dispõe sobre as relações de trabalho em atos de terceirização e na prestação de serviços a terceiros no setor privado e nas sociedades de economia mista</i>	5/4/11 – CDEIC, encerrado prazo de emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Esta proposição é adversária do PL nº 4302/98 e do PL nº 4330/04, ou seja veda a terceirização.
<b>PL nº 1657/07</b> Autor: Dep. Zequinha Marinho Apensado ao PL nº 494/07	<i>Dispõe sobre os incentivos fiscais a serem concedidos às pessoas físicas e jurídicas que invistam em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL que gerem Reduções Certificadas de Emissões</i>	Apensado ao PL nº 494/07	Favorável
<b>PL nº 1862/07</b> Autor: Dep. Jurandy Loureiro Apensem-se PL nº 5100/09, 5305/09, 7114/10, 7919/10, 1474/11.	<i>Dispõe sobre a etiquetagem de produtos nacionais ou estrangeiros, alertando o consumidor sobre o grau de impacto ambiental.</i>	9/6/11 - MDCD, apense-se a este o PL nº 1474/11.	Contrários
<b>PL nº 1991/07</b> Autor: Poder Executivo Apensado ao PL nº 203/91	<i>Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 203/91	Favorável com aperfeiçoamento
<b>PL nº 1999/07</b> Autor: Dep. Angelo Vanhoni Apensado ao PL nº 1190/07	<i>Institui o Programa Nacional de Recompensa Ambiental e dá outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 1190/07	Acompanhar
<b>PL nº 2027/07</b> Autor: Dep. Mendes Thame	<i>Dispõe sobre os créditos de carbono e os certificados de redução de emissões e a titularidade exclusiva deles em empreendimentos para geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas.</i>	5/4/11 – CME, encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Favorável com aperfeiçoamento
<b>PL nº 2029/07</b> Autor: Dep. Betinho Rosado Apensado ao PL nº 3729/04	<i>Altera a Lei nº 6938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, dispondo sobre atribuições dos municípios</i>	Apensado ao PL nº 3729/04.	Acompanhar
<b>PL nº 2068/07</b> Autor: Dep. Eduardo da Fonte	<i>Dispõe que os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos deverão ser estabelecidos no ato de criação da unidade, e não posteriormente, limita a 100 metros quando já estejam estabelecidas atividades produtivas na área.</i>	8/6/11 – CCJC, encerrado o prazo de emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Favorável
<b>PL nº 2100/07</b> Autor: Dep. Valdir Colatto Apensado ao PL nº 5477/05	<i>Disciplina a criação de Unidades de Conservação, nos termos estabelecidos pelo Art.225, da Constituição Federal; Exige que as UC's sejam criadas por lei, limitando em até 500 metros a zona de amortecimento.</i>	Apensado ao PL nº 5477/05	Favorável
<b>PL nº 2161/07</b> Autor: Mendes Thame	<i>Dispõe sobre a “economia das florestas” instituindo o Programa de Apoio à Preservação de florestas.</i>	27/4/11 – CFT, encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Favorável com aperfeiçoamento
<b>PL nº 2289/07</b> Autor: Dep. Beto Faro Apensados PL nº 2376/07, PL nº 3483/08	<i>Regulamenta o art. 190º da Constituição Federal, altera o art. 1º da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências..</i>	23/3/11 – CAPAR, encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foram apresentadas quatro (4) emendas. – relator Dep. Homero Pereira.	Contrários
<b>PL nº 2376/07</b> Autor: Dep. Carlos Alberto Canuto Apensado ao PL nº 2.289/07	<i>Proíbe a compra de terra por pessoa física ou jurídica estrangeira que se destine ao plantio de cultivos para a produção de agroenergia.</i>	Apensado ao PL nº 2289/07	Contrários
<b>PL nº 2441/07</b> Autor: Dep. Celso Maldaner Apensado a este o PL nº 2751/08 e PL nº 2995/08	<i>Altera a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e dá outras providências.</i>	17/8/11 – CMADS, parecer do relator Dep.Irajá Abreu pela aprovação do projeto.	Favoráveis c/ restrições

## PROJETOS LEI CONGRESSO NACIONAL

PROJETO LEI	EMENTA	ANDAMENTO	POSIÇÃO
<b>PL nº 2447/07</b> Autor: Sen. Inácio Arruda PLS nº 70/07	<i>Institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e de outras providências</i>	28/6/11 – CMADS, encerrado o prazo de emendas ao Substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao Substitutivo.	Contrário
<b>PL nº 2534/07</b> Autor: Dep. Mendes Thame	<i>Regula a constituição e o funcionamento das entidades certificadoras de manejo florestal.</i>	1/6/11 – CDEIC, designado relator, Dep. Ronaldo Zulke (PT/RS).	Favoráveis c/restrições os artigos 4 e 5 devem ser alterados e/ou excluídos.
<b>PL nº 2751/08</b> Autor: Dep. Celso Maldaner Apensado ao PL nº 2441/07	<i>Altera o art. 25º da Lei nº 11.428/06; e acrescenta o § 2º, e dá outras providências. Nas áreas cobertas com vegetação secundária em estágio inicial de regeneração onde até 2006, havia atividade de pecuária e cultivo agrícola não há necessidade de autorização.</i>	Apensado ao PL nº 2441/07	Contrário
<b>PL nº 2916/08</b> Autor: Comissão Mista Mudanças Climáticas	<i>Altera o art. 36 da Lei nº 9985/2000, estabelecendo que, nos projetos de geração de energia elétrica, o empreendedor deve indenizar os custos ambientais</i>	12/03/08 - MDCD submeta-se ao Plenário, proposição sujeita à apreciação do Plenário CD.	Acompanhar
<b>PL nº 2917/08</b> Autor: Comissão Mista Mudanças Climáticas	<i>Altera o artigo 5º da Lei nº 9985/2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o SNUC e dá outras providências, para incluir impactos das mudanças climáticas entre as diretrizes para implementação do SNUC.</i>	11/03/08 - MDCD submeta-se ao Plenário, proposição sujeita à apreciação do Plenário CD.	Acompanhar
<b>PL nº 2995/08</b> Autor: Dep. Luciano Pizzatto	<i>Altera a Lei nº 11.428/06, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação representativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 2441/07	Acompanhar
<b>PL nº 3134/08</b> Autor: Dep. Moreira Mendes	<i>Estabelece critérios para organização do Cadastro Estadual Georeferenciamento de Imóveis Rurais e a emissão de Certificados de Conservação Ambiental e Redução de Emissões.</i>	15/2/11 – Mesa Diretora, desarquivado.	Favoráveis c/ aperfeiçoamento
<b>PL nº 3225/08</b> Autor: Dep. João Dado	<i>Altera e acresce dispositivos à Lei nº 4.771/65, e dá outras providências – Permite que seja feito o cômputo das áreas de Preservação Permanente no cálculo do percentual de reserva legal, desde que a APP esteja totalmente preservada ou recomposta, e não implique em conservação de novas áreas para uso alternativo do solo</i>	12/4/11 – CAPADR, encerrado prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Favorável c/aperfeiçoamento
<b>PL nº 3342/08</b> Autor: Dep. Homero Pereira	<i>Altera, acresce e suprime dispositivos das Leis nºs 4.771/65 e 6.938/81, 9.393/96 e 11.428/06, unificando os institutos da servidão florestal e da servidão ambiental.</i>	23/3/11 – CAPAR, encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Favorável c/aperfeiçoamento
<b>PL nº 4006/08</b> Autor: Dep. Max Rosermann Apensado o PL nº 4519/08, PL nº 5826/09	<i>Altera a Lei nº 4.771/65, no que diz respeito a áreas de preservação permanente e reserva legal</i>	6/7/11 – CAPADR, designado relator Dep. Valdir Colatto	
<b>PL nº 4757/09</b> Autor: Dep. Talmir Apensado ao PL nº 80/07	<i>Altera a Lei nº 9605/98 que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 80/07	
<b>PL nº 4798/09</b> Autor: Dep. Antonio Carlos Mendes Thame Apensado ao PL nº 630/03	<i>Institui o Código Brasileiro de Sustentabilidade Energética.</i>	Apensado ao PL nº 630/2003	
<b>PL nº 5020/09</b> Autor: Dep. Anselmo de Jesus	<i>Altera e acresce dispositivos à Lei nº 4.771/65. Estabelece que a definição de pequena propriedade rural ou posse rural familiar deve ser utilizada pela Lei nº 11.326/06</i>	8/10/99 – Mesa Diretora da CD, retirado em fase do deferimento do REQ 5606/2009.	
<b>PL nº 5199/09</b> Autor: Dep. Jefferson Campos Apensado ao PL nº 1862/07	<i>Altera a Lei nº 8.078/90, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, de forma a incluir o dever de informação sobre o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração, penalidade, infrator.</i>	17/2/11 – apensado ao PL nº 1862/07	
<b>PL nº 5459/09</b> Autor: Sen. Raimundo Colombo PLS nº 482/07	<i>Altera a Lei nº 8.629/93, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.</i>	17/8/11 – CAPADR, devolução do pedido de vistas Dep. Bohn Gass.	
<b>PL nº 5487/09</b> Autor: Poder Executivo Apensado ao PL nº 792/07	<i>Institui a política Nacional dos Serviços Ambientais, estabelece formas de controle e financiamento desse Programa, e dá outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 792/07	
<b>PL nº 5528/09</b> Autor: Dep. Silas Câmara Apensado ao PL nº 792/07	<i>Dispõe sobre o Programa Bolsa Florestas.</i>	Apensado ao PL nº 792/07	Contrário
<b>PL nº 5687/09</b> Autor: Dep. João Dado	<i>Altera a Lei nº 6938/81, prevendo o prévio licenciamento ambiental da importação de substâncias e produtos químicos, e outras substâncias e produtos que comportem risco para a vida, a qualidade de vida ou ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	01/6/11 – CDEIC, designado relator, Dep. Miguel Corrêa (PT/MG)	Favorável c/ restrições

## PROJETOS DE LEI CONGRESSO NACIONAL

PROJETO LEI	EMENTA	ANDAMENTO	POSIÇÃO
<b>PL nº 5823/09</b> Autor: Dep. Carlos Alberto Canuto Apensado ao PL nº 4006/08	Altera dispositivos das Leis nºs 4.771/65 e 6938/81, no que dispõe sobre área de preservação permanente e servidão florestal	15/2/11 – Apensado ao PL nº 4006/08	Favorável c/ aperfeiçoamento
<b>PL nº 6237/09</b> Autor: Dep. Luiz Carlos Hauly Apensado ao PL nº 5288/09	Revoga o art. 6º da Lei nº 8629/93, e dá outras providências – Revoga a definição de propriedade produtiva pelo grau de utilização e eficiência na exploração da terra e estabelece que as terras desapropriadas para reforma agrária deverão cumprir a função social da propriedade.	14/2/11 – Apensado ao PL nº 5288/09	Favorável c/ restrições
<b>PL nº 6332/09</b> Autor: Dep. Wladimir Costa	Dispõe sobre metas de redução de emissão de gases de efeito estufa dos setores industrial e de energia: de 17% até 2010 e de 83% até 2050.	28/7/11 – CMADS, designado relator Dep. Leonardo Monteiro.	Acompanhar
<b>PL nº 6403/09</b> Autor: Dep. Luiz Carlos Hauly	Dispõe sobre compensação da emissão de dióxido de carbono e dá outras providências.	05/4/11 – CDEIC, encerrado o prazo de emendas. Não foram apresentadas emendas.	Acompanhar
<b>PL nº 6480/09</b> Autor: Dep. Moreira Mendes	Altera a Lei nº 8629/93, visando coibir a invasão de imóveis rurais e a disponibilização do cadastro da Reforma Agrária na Rede Mundial de Computadores Internet, altera o Decreto nº 2848/40, Código Penal, para equiparar ao crime de falsificação de documentos públicos, a falsificação do cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, e dá outras providências	18/8/11 – CCJC, recebida pela CCJC	Favorável c/ aperfeiçoamento
<b>PL nº 6496/09</b> Autor: Dep. José Paulo Tóffano Apensado ao PL nº 2304/03	Institui o programa “licitação verde” no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.	0/12/09 – Mesa Diretora apense-se ao PL nº 2304/2003	Contrário
<b>PL nº 6519/09</b> Autor: Dep. Carlos Brandão Apensado ao PL nº 266/2007	Altera a Lei nº 9985/2000, estabelecendo que os recursos da compensação ambiental sejam aplicados integralmente no Estado onde for implantado o empreendimento de significativo impacto ambiental	15/2/11 – MD, apensado ao PL nº 266/07.	Favorável c/ aperfeiçoamento
<b>PL nº 7061/10</b> Autor: Dep. Odacir Zonta Apensado ao PL nº 792/2007	Autoriza o Poder Executivo a criar a Bolsa Florestal para a agricultura familiar.	8/4/10 – MD da CD, apense-se ao PL nº 792/2007	Favorável c/ aperfeiçoamento
<b>PL nº 7114/10</b> Autor: Dep. Vanessa Graziotin Apensado ao PL nº 5305/2009	Obriga a inserção, nas embalagens, de informações sobre a natureza e o percentual do material empregado na sua fabricação, e se elas são recicláveis.	17/2/11 – MD, apensado ao PL nº 5304/09.	Favorável c/ aperfeiçoamento
<b>PL nº 7183/10</b> Autor: Dep. Fernando Lopes Apensado ao PL nº 5823/2009	Da nova redação ao parágrafo único do art.2º da Lei nº 4771/65, que institui o novo Código Florestal e, renumerando-o, acrescenta parágrafo 2º ao mesmo art.2º	15/2/11 – MD. Apensado ao PL nº 5823/09	Favorável c/ restrições
<b>PL nº 7224/10</b> Autor: Dep. Homero Pereira. Apensado ao PL nº 5974/2005	Concede incentivo fiscal do Imposto de Renda às pessoas físicas ou jurídicas que implantarem projetos de reflorestamento e florestamento e de preservação do meio ambiente.	12/5/10 – MD apense-se ao PL nº 5975/2005	Favorável c/ aperfeiçoamento
<b>PL nº 7257/10</b> Autor: Dep. Jairo Ataíde	Altera dispositivo da Lei nº 11.428/2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica relacionada a Mata Seca	16/8/11 – CMADS, encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.	Favorável c/ aperfeiçoamento
<b>PL nº 7326/10</b> Autor: Poder Executivo	Dispõe sobre a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil, estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico para a cultura de palma de óleo, e dá outras providências.	16/8/11 – CCJC, recebimento	Acompanhar
<b>PL nº 7418/10</b> PLS nº 154/2009 Autor: Sem. Marcelo Crivella	Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Reutilização de Água – FUNREÁGUA	5/4/11 – CME, encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.	Contrário
<b>PL nº 7535/10</b> Autor: Dep. Paulo Pimenta	Altera a Lei nº 8.629/93, concedendo ao órgão fundiário federal preferência na aquisição de imóvel rural penhorado.	23/3/11 – CAPAR, encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Contrário
<b>PL nº 7.566/10</b> Autor: Dep. Hugo Leal	Cria a profissão de agente comunitário de reflorestamento e meio ambiente, exigência, ensino fundamental, residência, localização, atividade profissional	26/4/11 – CMADS, encerrado o prazo de emendas. Não foram apresentadas emendas.	Divergente
<b>PL nº 7.915/10</b> Autor: Dep. Cleber Verde	Dispõe sobre criminalização de conduta envolvendo recursos hídricos, através de inclusão de tipos penais na Lei nº 9.433/97, e dá outras providências.	10/6/11 – CMADS, designado relator Dep. Giovanni Cherini	Acompanhar
<b>PL nº 18/11</b> Autor: Dep. Maurício Rands (PT/PE)	Fomenta ações de reflorestamento em assentamentos rurais, áreas degradadas pelo poder público, e dá outras providências.	16/8/11 – Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Favorável c/aperfeiçoamento
<b>PL nº 29/11</b> Autor: Dep. Weliton Prado (PT/MG)	Complementa dispositivos da Lei nº 9.433/97, no que se refere a planos estaduais de recursos, destinação do resultado da cobrança pelo uso de recursos hídricos e competências das Agências de Água.	14/4/11 – CMADS, encerrado prazo de emendas. Foi apresentada uma emenda.	Favorável c/aperfeiçoamento



## PROJETOS DE LEI CONGRESSO NACIONAL

PROJETO LEI	EMENTA	ANDAMENTO	POSIÇÃO
<b>PL nº 83/11</b> Autor: Dep. Bernardo S. Vasconcellos	<i>Dispõe sobre penhor rural de madeiras, produtos madeireiros e demais produtos da floresta plantada.</i>	19/8/11 – CCJC, reabertura do prazo para emendas ao projeto.	Favorável
<b>PL nº 143/11</b> Autor: Dep. Weliton Prado	<i>Dispõe sobre o serviço de “disque-denúncia” de atos contra o meio ambiente, e dá outras providências.</i>	14/4/11 – CMADS, encerrado prazo de emendas. Foi apresentada uma emenda.	Contrários
<b>PL nº 195/11</b> Autor: Dep. Rebecca Garcia	<i>Institui sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento de estoques de carbono florestal (REDD+) e dá outras providências.</i>	6/7/11 – CFT, encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Favorável c/aperfeiçoamento
<b>PL nº 208/11</b> Autor: Dep. Sandes Júnior	<i>Acréscita dispositivos à Lei nº 6938/81, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, visando condicionar a paralisação ou desativação de empreendimentos ou atividades licenciadas a parecer favorável do órgão ambiental ou outras providências por este julgadas pertinentes.</i>	29/6/11 – CMADS, parecer do relator Dep. Fernando Jordão, pela rejeição.	Contrários
<b>PL nº 282/11</b> Autor: Dep. Thiago Peixoto	<i>Dispõe sobre a suspensão e cassação da eficácia da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do MF de estabelecimentos que distribuam, adquiram, comercializem, transportem ou estoquem madeiras extraídas ilegalmente das florestas brasileiras e dá outras providências.</i>	26/4/11 – CMADS, encerrado prazo de emendas. Não foram apresentadas emendas.	Favorável
<b>PL nº 288/11</b> Autor: Dep. Bernardo S. de Vasconcellos	<i>Determina que o cultivo de florestas será enquadrado como atividade agrícola, revoga dispositivos que determine o enquadramento dessas florestas como nativas, passa tal cultivo à competência do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.</i>	26/4/11 – CMADS, encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.	Favorável
<b>PL nº 316/11</b> Autor: Dep. Sandes Júnior Apensado PL nº 1860/11	<i>Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Compostos Orgânicos de Origem Vegetal, que tem como objetivo reduzir as emissões de gases de efeito estufa e o consumo de combustíveis fósseis.</i>	8/8/11 – Apense-se a este p PL nº 1860/11	Acompanhar
<b>PL nº 317/11</b> Autor: Dep. Antonio Bulhões	<i>Veda a utilização de carvão vegetal produzido com matéria-prima oriunda de extrativismo, altera a Lei nº 4.771/65, e a Lei nº 9.605/98.</i>	1/6/11 – CMADS, parecer do relator Dep. Bernardo Vasconcellos, pela aprovação com substitutivo.	Acompanhar
<b>PL nº 358/11</b> Autor: Dep. Julio Lopes	<i>Acréscita o § 4º ao art. 10º da Lei nº 6.938/81. Determina prioridade para a tramitação do licenciamento ambiental de atividades que tenham como objetivo a conservação e melhoria do meio ambiente.</i>	9/6/11 – CMADS, parecer do relator Dep. Edson Pimenta pela aprovação com emenda.	Favorável
<b>PL nº 383/11</b> Autor: Dep. Roberto de Lucena	<i>Altera a Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	20/7/11 – CTASP, devolvido ao relator, Dep. Bohn Gass	Contrários
<b>PL nº 542/11</b> Autor: Dep. Weliton Prado	<i>Dispõe sobre política de apoio a projeto para geração de crédito de carbono e dá outras providências.</i>	28/6/11 – CMADS, parecer da relatora Dep. Rebecca Garcia, pela rejeição	Favoráveis c/aperfeiçoamento
<b>PL nº 636/11</b> Autor: Dep. Carlos Bezerra	<i>Proíbe a utilização de papel reciclado na fabricação de embalagens de produtos alimentícios.</i>	31/5/11 – CMADS, encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.	Contrários
<b>PL nº 721/11</b> Autor: Dep. Edson Pimenta	<i>Obriga as empresas e produtores de florestas plantadas a destinar no mínimo 5% da sua produção de madeira em toras para a construção civil, moveleira, construção naval, etc</i>	26/5/11 – CDEIC, encerrado o prazo de emendas ao projeto, não foram apresentadas emendas.	Contrários
<b>PL nº 1253/11</b> Autor: Dep. Marcelo Matos	<i> cria o Fundo de Apoio a Programas de Gestão e Tratamento de Resíduos Sólidos e Hospitalares Urbanos - Funalix.</i>	25/5/11 – CCTCI, recebido	Acompanhar
<b>PL nº 1274/11</b> Autor: Dep. Onofre S. Diagostini	<i>Institui o Programa Nacional de Compensação por Serviços Ambientais e o Fundo Federal de Pagamento por Serviços Ambientais, e dá outras providências.</i>	14/6/11 – CAPADR, encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Acompanhar
<b>PL nº 1474/11</b> Autor: Dep. Vander Loubet	<i>Obriga o fabricante de produto reciclável ou cuja embalagem seja reciclável a apresentar ao consumidor esta informação no rótulo do produto</i>	15/6/11 – CMADS, recebido	Acompanhar
<b>PL nº 1587/11</b> Autor: Dep. Zé Silva	<i>Amplia o limite para a área individual a ser alcançada pela política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, estabelecendo que será considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que não detenha área maior do que 6 (seis) módulos fiscais.</i>	2/8/11 – CAPADR, encerrado o prazo de emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Acompanhar



## PROJETOS DE LEI CONGRESSO NACIONAL

PROJETO LEI	EMENTA	ANDAMENTO	POSIÇÃO
<b>PL nº 1700/11</b> Autor: Dep. Silas Câmara	<i>Altera a Lei nº 6938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.</i>	15/7/11 – CMADS, recebimento	<b>Acompanhar</b>
<b>PL nº 1836/11</b> Autor: Dep. Valdir Colatto	<i>Regulamenta o artigo 68 do Ato Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que reconhece aos remanescentes das comunidades de quilombos a propriedade definitiva das terras que estejam ocupando.</i>	18/8/11 – CAPADR, Encerrado o prazo para emendas ao projeto.	<b>Acompanhar</b>
<b>PL nº 1860/11</b> Autor: Dep. Júlio Delgado1	<i>Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Compostos Orgânicos de Origem Vegetal para Redução das Emissões de Gases do Efeito Estufa e Redução do Consumo de Combustíveis Fósseis, como incentivo à sustentabilidade ambiental e dá outras providências.</i>	16/8/11 – CMADS, recebido	<b>Acompanhar</b>
<b>PL nº 1908/11</b> Autor: Dep. Onofre S. Agostini	<i>Estabelece tratamento diferenciado, em relação a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, a estabelecimentos industriais ou estabelecimentos equiparados a indústrias, de cujas operações resultem produtos reciclados que contenham resíduos sólidos.</i>	23/8/11 – CFT, recebido	<b>Acompanhar</b>
<b>PL nº 1928/11</b> Autor: Dep. Adrian	<i>Altera a Lei nº 12.305/10, estabelecendo condições para a incineração de resíduos sólidos.</i>	17/8/11 – CMADS, recebido	<b>Acompanhar</b>
<b>PL nº 1929/11</b> Autor: Dep. Adrian	<i>Cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre embalagens e o Fundo Nacional para a Reciclagem.</i>	17/8/11 – CMADS, recebido	<b>Acompanhar</b>

## PROJETOS DE LEI CONGRESSO NACIONAL

PROJETO LEI	EMENTA	ANDAMENTO	POSIÇÃO
<b>PLC nº 93/2007</b> Autor: Dep. Anselmo <b>PL nº 5222/2005</b>	<i>Acréscena o inciso VIII ao art. 14 da lei nº 9.985, de junho de 2000 – Inclui no Grupo da UC, Reserva Legal, UC, desenvolvimento sustentável, garantia preservação.</i>	14/1/11 – CCJ, matéria aguardando designação de relator.	Este PL cria uma nova modalidade de UC. É interessante para as propriedades localizadas na Amazônia.
<b>PLS nº 131/07</b> Autor: Sen. Jonas Pinheiro <b>Apensado ao PLS nº 304/07 e PLS nº 34/08, PLS nº 64/08 e PLS nº 78/08</b>	<i>Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal, e dá outras providências.</i>	24/3/11 – CDR, a matéria retorna ao relator, Sen. Wellington Dias.	Favorável
<b>PLS nº 142/07</b> Autor: Sen. Renato Casagrande <b>Apensado ao PLS nº 131/07</b>	<i>Acréscena inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas.</i>	Apensado ao PLS nº 131/07	Favorável c/aperfeiçoamento
<b>PLS nº 523/07</b> Autor: Sen. Marcelo Crivella	<i>Dispõe sobre a Política Nacional de Sementes e Mudanças</i>	16/6/11 – CRA, matéria com a relatoria.	Acompanhar
<b>PLS nº 606/07</b> Autor: Sen. Valter Pereira	<i>Acréscena inciso VIII ao caput do art. 5º da Lei nº 7797/89, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências</i>	20/6/11 – CMA, a matéria retorna ao relator Sen. Valdir Raupp.	Acompanhar
<b>PLS nº 32/08</b> Autor: Comissão Mista Especial – Mudanças Climáticas	<i>Altera o art. 10 da Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.</i>	13/7/11 – CMA, matéria devolvida ao relator Sen. Pedro Taques.	Acompanhar
<b>PLS nº 33/08</b> Autor: Comissão Mista Especial – Mudanças Climáticas	<i>Dispõe sobre a redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeitos estufa).</i>	14/6/11 – CAE, matéria devolvida ao relator Sen. Valdir Raupp	Acompanhar
<b>PLS nº 34/08</b> Autor: Comissão Mista Especial – Mudanças Climáticas <b>Apensar ao PLS nº 131/07</b>	<i>Dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Serviço Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.</i>	Apensado ao PLS nº 131/07	Favorável
<b>PLS nº 64/08</b> Autor: Sen. Expedito Júnior <b>Apensado ao PLS nº 131/07</b>	<i>Altera a Lei nº 11.284/06, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para conceder compensação financeira a produtores rurais da Amazônia legal pela manutenção de áreas cobertas por florestas</i>	Apensado ao PLS nº 131/07	Favorável c/aperfeiçoamento
<b>PLS nº 78/08</b> Autor: Sen. Gilberto Goellner <b>Apensado ao PLS nº 131/07</b>	<i>Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal, e dá outras providências</i>	Apensado ao PLS nº 131/07	Favorável c/aperfeiçoamento
<b>PLS nº 91/08</b> Autor: Sen. Gim Argello	<i>Altera a Lei nº 11.284/06, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para destinar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para a implantação de Centros de Educação Ambiental.</i>	28/6/11 – CAE, designado relator Sen. Demóstenes Torres.	Acompanhar
<b>PLS nº 203/08</b> Autora: Sen. Serys Silhessarenko	<i>Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que "institui o novo Código Florestal", para tornar obrigatório o inventário florestal digital.</i>	11/8/11 – CMA, matéria aguardando designação de relator.	Favorável
<b>PLS nº 223/08</b> Autor: Sen. João Pedro	<i>Altera o art. 10 da Lei nº 6.938/81, que dispõe a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para introduzir mudanças no licenciamento ambiental de empreendimentos que utilizam carvão mineral como combustível em seus processos industriais</i>	11/8/11 – CI, Matéria foi retirada de pauta pelo relator.	Acompanhar
<b>PLS nº 126/09</b> Autor: Sen. João Pedro	<i>Altera os artigos 3, 7, 9, 11 e 12º da Lei nº 5709/71, e os artigos 2, 4, 6, 7 e 8º da Lei nº 6634/79, para adequar sua terminologia à da Constituição Federal de 1988, e limitar a aquisição de terras por estrangeiros na Amazônia Legal.</i>	1/3/11 – CMA, designado relator Sen. Pedro Taques	Acompanhar
<b>PLS nº 139/09</b> Autor: Sen. Sérgio Zambiasi	<i>Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Proteção dos Recursos</i>	10/8/11 – CI, pronto para pauta da comissão.	Acompanhar

<b>PLS nº 183/09</b> Autor: Comissão Assuntos Econômicos	<b>Hídricos</b> Altera a Lei nº 6766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos.	1/3/11 – CMA, designado relator, Sen. Flexa Ribeiro	Acompanhar
---	---	---	------------



## PROJETOS DE LEI CONGRESSO NACIONAL

PROJETO LEI	EMENTA	ANDAMENTO	POSIÇÃO
<b>PLS nº 483/09</b> Autor: Sen. Gilberto Goellner	Da nova redação ao caput e ao §2º do art. 36 da Lei nº 9.985/00, que dispõe sobre o SNUC para permitir a compensação ambiental por ela instituída possa ser destinada a pagamento de serviços ambientais prestado por proprietários rurais.	24/3/11 – CDR, matéria com o relator Sen. Wellington Dias	Favorável.
<b>PLC nº 1/2010</b> Autor: Dep. Sarney Filho	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art.23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6938/81	23/8/11 – Plenário matéria não apreciada no dia 18/8/11.	Favorável c/ aperfeiçoamento
<b>PLS nº 65/2010</b> Autor: Sen. Renato Casagrande	Altera as Leis nº 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento urbano; Lei nº 9433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.	9/8/11 – CCJ, matéria aguarda designação de relator.	Acompanhar
<b>PLS nº 87/2010</b> Autor: Sem. Eduardo Azeredo	Dispõe sobre a contratação de serviços de terceiros e dá outras providências.	26/5/11 – CCJ, matéria com a relatoria Sen. Armando Monteiro	Favorável
<b>PLS nº 144/2010</b> Autor: Sem. Acir Gurgacz	Altera a Lei nº 4.771/65, nos termos da Medida Provisória nº 2.166-67/2001, para redefinir as dimensões da área de reserva legal e concede anistia em relação a sanções administrativas ou penais referentes a áreas de reserva legal.	6/4/11 – CMA, matéria com o relator Sen. Aloysio Nunes Ferreira.	Favorável c/ restrições
<b>PLS nº 164/2010</b> Autor: Sen. Pedro Simon	Altera a Lei nº 12.187/09, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências.	4/8/11 – CI, matéria com o relator Sen. Valdir Raupp	Favorável
<b>PLS nº 176/2010</b> Autor: Sen. Augusto Botelho	Altera a Lei nº 9985/00, que regulamenta o art.225, § 1º, incisos I, II, e VII da CF, institui o SUNC, para estabelecer a obrigatoriedade de realização de plebiscito para a criação de unidades federais de conservação da natureza.	14/1/11 – CCJ, matéria aguardando designação de relator.	Favorável
<b>PLS nº 5/2011</b> Autor: Sen. Magno Malta	Altera a Lei nº 8.666/93, para incluir exigências quanto a critério de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.	7/6/11 – CRA, designado relator Sen. Valdir Raupp.	Favorável
<b>PLS nº 8/2011</b> Autor: Sen. Flexa Ribeiro	Altera a Lei nº 4.771/65, para permitir o emprego de espécies frutíferas na recomposição da reserva florestal legal e das áreas de preservação permanente na Amazônia Legal e em pequena propriedade ou posse rural familiar, determinar a concessão de incentivos fiscais e creditícios para essa recomposição, e dá outras providências.	28/4/11 – CAE,, designado relator Sen. Jorge Viana.	Favorável
<b>PLS nº 21/2011</b> Autor: Sen. Lídice da Mata	Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/00, com objetivo de determinar que as despesas com meio ambiente não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.	11/8/11 – CAE, aguardando designação de relator.	Favorável c/restrições
<b>PLC nº 30/2011</b> <b>PL nº 1876/99</b> Autor: Dep. Sergio Carvalho	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938/81, 9.393/96, e 11.428/06; revoga as Leis nºs 4.771/65, e 7.754/89, e a MP nº 2.166-67/01, e dá outras providências.	22/8/11 – CCJ, ajuntamento de emendas – relator Sen. Luiz Henrique	
<b>PLS nº 88/2011</b> Autor: Sen. Kátia Abreu	Altera a Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.	6/7/11 – remetida a Câmara dos Deputados.	
<b>PLS nº 107/2011</b> Autor: Sen. Kátia Abreu	Altera a Lei nº 8.629/93, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.	15/7/11 – CAE, pronta para pauta da comissão.	Favorável
<b>PLS nº 212/2011</b> Autor: Sen. Eduardo Braga	Institui o sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+) e dá outras providências.	7/6/11 – CCJ, matéria com a relatoria Sen. Ricardo Ferraço	
<b>PLS nº 249/2011</b> Autor: Luiz Henrique	Cria incentivo fiscal de redução do imposto de renda para fomentar projetos de florestamento ou reflorestamento em propriedade rural familiar	18.8.11 – CRA, incluída na pauta da comissão.	
<b>PLS nº 281/11</b> Autor: Sen. Romero Jucá	Estabelece regime especial para a definição da área de reserva legal em propriedade ou posse situada na Amazônia Legal.	2/6/11 - CRA, designado relator Sen. Waldemir Moka	

## PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO - PEC

PROPOSTA EMENDA	EMENTA	ANDAMENTO	AÇÃO
<b>PEC nº 231/95</b> Autor: Dep. Inácio Arruda Apense-se a PEC nº 271/95 e PEC nº 383/01	<i>Reduz a jornada máxima de trabalho para quarenta horas semanais e aumenta para setenta e cinco por cento a remuneração de serviço extraordinário. Altera Constituição Federal de 1988.</i>	26/5/11 – Plenário, apresentação RQ 1913/2011, pelo Dep. Romero Rodrigues que solicita a inclusão na ordem do dia da PEC 231/95	Contrário
<b>PEC nº 215/00</b> Autor: Dep. Almir Sá Apense-se a PEC's nº 579/02, 156/03, 257/04, 275/04, 319/04, 37/07, 3117/07, 161/07, 411/09 e 415/09	<i>Inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas com índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentadas por Lei.</i>	15/6/11 – CCJC, apresentação do parecer do relator Dep. Osmar Serraglio, pela admissibilidade desta.	Favorável c/ aperfeiçoamento
<b>PEC nº 161/07</b> Autor: Dep. Celso Maldaner Apense-se a PEC nº 215/2000	<i>Estabelece que as criações de espaços territoriais a serem especialmente protegidos a demarcação de terras indígenas e o reconhecimento das áreas remanescentes das comunidades dos quilombos deverão ser feitos por lei.</i>	Apensada ao PEC nº 215/2000	Favorável c/ aperfeiçoamento
<b>PEC nº 235/08</b> Autor: Dep. Mendes Ribeiro Filho	<i>Dá nova redação ao § 2º da CF, para dispor a alteração da faixa de fronteira. Reduz de 150 para 50 quilômetros a largura da faixa de fronteira.</i>	3/6/11 – CCJ, designado relator Dep. Sibá Machado	Favorável
<b>PEC nº 237/08</b> Autor: Dep. Pedro Wilson A Apensado PEC nº 424/09	<i>Modifica o §4º do art. 225 da Constituição Federal, incluindo o Pampa na lista dos Biomas considerados patrimônio nacional.</i>	23/5/11 – CCJC, designado relator Dep. Nelson Marchezan Junior.	Acompanhar
<b>PEC nº 291/08</b> Autor: Dep. Ermandes Amorim Apensada a PEC nº 161/07	<i>Altera o inciso III do § 1º do art. 225 da Constituição federal. Determina que as unidades de conservação sejam criadas por lei federal.</i>	Apensada a PEC nº 161/07	Favorável
<b>PEC nº 05/09</b> Autor: Sen. Paulo Paim	<i>Modifica o parágrafo 4º do art. 225º da Constituição Federal, alterando a lista dos Biomas Brasileiros.</i>	14/2/11 – Coordenação Legislativa do Senado, juntado quadro comparativo.	Acompanhar
<b>PEC nº 504/10</b> Autor: Sen. Demóstenes Torres	<i>Altera o § 4º do art 225º da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.</i>	6/4/11 – CCJC, designada relatora Dep. Marina Santana	Acompanhar
<b>PEC nº 47/11</b> Autor: Sem. Ivo Cassol	<i>Altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a entrega de recursos pela União aos Estados e Municípios que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza de proteção integral.</i>	9/6/11 – CCJ, aguardando designação do relator.	
<b>PL nº 65/11</b> Autor: Dep. Roberto de Lucena	<i>Dá nova redação ao art. 243º da CF, para prever a expropriação das propriedades rurais onde for promovida a caça ilegal e sua destinação para reforma agrária.</i>		
<b>PEC nº 72/11</b> Autor: Sen. Flexa Ribeiro	<i>Dá nova redação ao inciso III do §1º art. 225 da CF, para determinar que as UC da natureza sejam criadas mediante Lei.</i>	2/8/11 – CCJ, aguardando designação do relator.	